
JOÃO FERREIRA DE ALMEIDA

Instituto Superior de Ciências
do Trabalho e da Empresa
Instituto de Ciências Sociais

Democracia, Desigualdades, Valores

29

Se as mais importantes desigualdades e as que mais ameaçam o funcionamento democrático são certamente as que, no âmbito internacional, contrastam países ricos e países pobres, no interior de cada país também a persistência de certas clivagens pode pôr em causa a democracia.

Na sociedade portuguesa jogam-se diversas tendências, por vezes de sentido contraditório, cujas resultantes acompanharão o nosso futuro. Em breve exercício prospectivo ficam sugeridas algumas dessas tendências, dizendo respeito ao plano simbólico, ao plano dos valores e das representações sociais.

ESTE nosso Congresso, visto chamar-se 1.º, deseja prolongamentos no futuro. Não quereria deixar de saudar a iniciativa e a intenção. Para nós, portugueses, encontros deste tipo têm ainda o mérito adicional de nos ajudar a resistir à tentação occidentalocêntrica. Sem prejuízo de toda a sua positividade, os acontecimentos no Leste europeu podem ter pelo menos um efeito perverso que se deixa, desde já, entrever: o de reforçar a boa consciência, a auto-satisfação, deste lado da Europa, embotando-lhe capacidade crítica para sobre si própria reflectir. Na nossa sociedade, ainda marginal à Europa próspera, se tal efeito se verificasse ele teria algo de especialmente deslocado e até ridículo.

Ficamos assim num terreno em que é forçoso comparar, relativizar, bem como contribuir para a produção de conceitos que sejam abrangentes de situações reais diversificadas, sem prejuízo de diferencialmente se especificarem de modo a captar os aspectos singulares dessa diversidade.

O tema proposto, o da democracia e das desigualdades recobre evidentemente um campo muito vasto.

É provável que as desigualdades mais gravosas para o funcionamento democrático sejam as que se jogam no plano internacional, as que persistentemente dividem e confrontam nações ricas e nações pobres. Como costuma acontecer com as classificações dicotómicas, também esta ignora cambiantes intermédios e sobretudo esconde dimensões de assimetria que se não cantonam a aspectos económicos e cuja presença e diagnóstico são igualmente relevantes. Mas essas assimetrias transportam-se com graus diferentes de gravidade para o interior de cada país, rico ou pobre.

Importa salientar que falamos de desigualdades, não de diferenças.

As democracias não só convivem com as diferenças sociais como se alimentam delas e devem portanto acarinhá-las. Mas se as diferenças robustecem o funcionamento democrático, já as desigualdades, para além de certos limiares, comprometem a vida democrática ainda quando as formas políticas e as garantias dos cidadãos se possam ir mantendo.

Os nossos países, na África, na América e na Europa, estão certamente entre aqueles que, com diferentes graus de periferização, sofrem de desigualdades estruturais ameaçadoras.

Um dos efeitos dessas desigualdades joga-se ao nível da cultura e da participação, e ao manifestar-se aí tende a ampliar-se e a realimentar negativamente todo o sistema social.

Se a cultura política diz respeito aos modos de a fazer, de a pensar, de a consumir, de a sofrer, também a participação se desdobra em diferentes dimensões. Uma dimensão cognitiva que se refere aos graus de consciência e de competência no campo político. Uma dimensão atitudinal que tem a ver com avaliações e valorizações do regime, das instituições políticas mais relevantes, do poder e das suas sedes sociais. Uma dimensão comportamental, finalmente, a qual directamente se reporta a práticas políticas mais ou menos convencionais e tipificáveis, bem como à eventual omissão dessas práticas.

Vejamos, muito de passagem, o exemplo da participação eleitoral, em que se manifestam, naturalmente, essas dimensões.

Desde o período imediatamente após Abril, em que a tensão hiper-politizada se traduziu também em votações maciças e transclassistas, vem-se assistindo a um declínio acentuado, embora não linear, da afluência eleitoral. Alguns dirão: é normal e talvez até desejável; não fazemos nós mais do que seguir a tendência dos países de democracia longamente consolidada. Só que a boa pergunta sociológica não é a da quantidade das abstenções mas a dos seus significados, eventualmente divergentes.

Há evidentemente um fosso entre a abstenção que resulta da interiorização de incompetência política, de sentimento de impotência e inutilidade e aquela que, com carácter reversível, resulta da avaliação crítica duma situação conjuntural determinada.

Mas globalmente não há razões para optimismo. Inquéritos recentes mostraram que, de cerca de 1/3 dos europeus que se confessam completamente desinteressados da política, a grande maioria tem baixos rendimentos, reduzido capital escolar, são idosos, são mulheres sem trabalho exterior, são trabalhadores manuais indiferenciados. O que significa continuarem as clivagens socio-classistas a projectar-se também, negativamente, nos vários planos de participação política.

Em Portugal existem claras heterogeneidades no que respeita à cultura e à participação política.

O mundo rural, e em especial os agricultores independentes, os camponeses, eram, outrora apontados como exemplo de classes modelo, de repositório de virtudes morais e políticas, por contraposição às «classes perigosas» urbanas, ameaçadoras da ordem social.

Com atraso em relação à situação modal europeia, esse conjunto tem vindo a perder peso absoluto e relativo desde a 2ª Grande Guerra, embora se conserve ainda na zona dos 20% da população activa total. Os agricultores são, claro, internamente diversificados, com sectores modernos e economicamente viáveis.

No conjunto, porém, além de fraco dinamismo económico, consomem pouca informação política, participam pouco, votam pouco, têm altos níveis de analfabetismo, estão extremamente envelhecidos.

Pensar-se-á — já que é mais difícil dizê-lo — que este último indicador, o de envelhecimento, tende justamente, a prazo, a beneficiar os outros. Basta esperar um pouco que se cumpra o ciclo biológico, ainda por cima havendo a

ajuda extra do Acto Único Europeu, e veremos claramente melhoradas algumas estatísticas sobre a situação portuguesa.

Mas deixando o cinismo de parte, o certo é que não se cantonam ao mundo rural e agrícola, de modo algum, elementos como a precarização e desqualificação profissionais — senão o desemprego puro e simples — as assimetrias regionais com isolamento e desvitalização de muitos espaços interiores, o analfabetismo funcional, a cristalização de situações e de culturas de pobreza. Trata-se de elementos que estão entre as ameaças virtuais para o nosso futuro próximo e que, na ausência de contravenenos eficazes, para além da sua gravidade intrínseca, não deixariam de se repercutir negativamente sobre a cultura política, a participação e, finalmente, o próprio funcionamento democrático.

São certamente identificáveis, por outro lado, tendências positivas, como algumas alterações na estrutura do emprego incluindo o acrescido acesso feminino, como o incremento de interdependências regionais acompanhando a urbanização e com efeitos de densificar informação e contactos, como a melhoria quantitativa e qualitativa da educação e da formação.

Do jogo efectivo de tendências e contratendências hão-de surgir as resultantes globais que ajudarão a configurar o nosso futuro.

Terminarei com uma breve referência ao domínio do simbólico, do ideológico, e em particular aos valores entendidos como preferências mais ou menos sistematizadas dos cidadãos. Bem sabemos que entre o que se pensa e o que se faz, entre ideias e comportamentos, não há necessária coincidência. Mas há certamente algum tipo de relação.

Se me é permitido um pequeno exercício de prospecção, diria, num plano razoavelmente abstracto, que julgo ser possível detectar quatro grandes tendências de evolução.

A primeira parece ir no sentido de crescentemente se afirmar a realização pessoal como orientação estratégica dominante dos cidadãos em diversos planos da sua vida. O que haverá aqui de novo não é tanto a preocupação com a felicidade — que com diferentes enquadramentos sócio-culturais e manifestações sempre terá existido — mas o facto de se tratar de uma orientação reflexiva, consciente,

anunciada. Essa busca, acompanhada da recusa de diluir a realização pessoal em qualquer outro envelope, ou de a remeter para um futuro incerto, não constitui em todo o caso, na minha opinião, um avatar mais do individualismo que se atribui à nossa época. Pelo menos se se agregarem ao individualismo as suas conotações mais narcisistas, auto-centradas ou autistas. A realização pessoal admite também outras dimensões, é compatível com solidariedades, com formas de participação e intervenção social, com éticas profissionais e de relacionamento intersubjectivo.

33

A segunda tendência será a da crise dos objectivos sistémicos e globais com transferência da ênfase para a regulação processual. É talvez a vingança histórica dos meios sobre os fins, já que os meios se convertem, eles próprios, nos objectivos. Tudo se passa como se os cidadãos, cépticos ou incertos em relação aos grandes desígnios sociais, reconvertessem a sua atenção, o seu esforço, a sua energia, para os processos mais próximos, visíveis, acessíveis, negociáveis, chamando assim o futuro para mais perto.

A convivência mais plástica e fácil com valores distintos constituirá a terceira tendência.

Kolberg distingue três níveis de desenvolvimento moral das sociedades. No nível pré-convencional a acção de acordo com um código moral existe por receio de sanções externas. Trata-se, digamos, do nível de polícia. No nível convencional já se age por interiorização do código: o super-ego, a vergonha, a culpabilização inibem e orientam. Na fase pós-convencional, por último, os cidadãos passam a ter consciência dos domínios de aplicação da norma e por isso torna-se possível flexibilizar o seu uso, manipular-se a aplicação ou até criar normatividades específicas.

É certo que se deve desconfiar das propostas evolucionistas, rigidificadoras de processos na realidade bem mais complexos, hesitantes e indeterminados. Elas deixam, aliás, vazios de classificação, como o prova o trânsito nas nossas estradas, que nem a polícia consegue disciplinar e que nos qualificaria, nesse plano, como pré-convencionais. Mas parece igualmente verdade que se nota evolução nos valores mais duros e reveladores de intransigência — os éticos, os políticos, os religiosos. Com efeito aí se revela maior flexibilidade, pelo menos no sen-

tido de crescentemente os cidadãos admitirem nos outros opções diversas das suas próprias.

A última tendência vai no sentido da acrescida autonomia de combinação e de gestão de elementos no quadro da global estabilidade das grandes referências ideológicas.

Umberto Eco lembrava, em recente entrevista de televisão, a afirmação atribuída a Napoleão Bonaparte de que ideologia é a opinião dos nossos inimigos. Talvez haja, nos recorrentes profetas do fim das ideologias, a tentação de promover as suas próprias verdades — por definição não ideológicas — ao mesmo tempo que exorcizem a enterram definitivamente as não verdades dos outros.

Não há nenhum fim das ideologias. E julgo mesmo que as grandes referências se mantêm relativamente estáveis. O que vivemos é uma época em que pessoas e grupos reivindicam autonomia para combinar e gerir elementos desses grandes sistemas ideológicos, escapando à rigidez e à previsibilidade de outrora. Desgarram-se símbolos, recombina-se conteúdos programáticos e sistemas cognitivos, violam-se limites, dissocia-se ou agrupa-se o que costumava ser indissociável ou incompatível. O que torna evidentemente indecisas as fronteiras e difíceis as catalogações. E não deixa de ter efeitos importantes esse abandono do pronto a pensar, essa preferência do por medida, esse novo artesanato das ideias.

Se estas quatro tendências viessem a confirmar-se então eu julgo que haveria resultantes positivas nos caminhos da nossa sociedade. Há que dizer, contudo, que os valores mencionados, sendo embora relativamente transversais à sociedade portuguesa, têm por portadores principais as chamadas novas classes médias urbanas, em particular as novas pequenas burguesias técnicas e de enquadramento. Trata-se de um sector em rápido crescimento. Mas certamente não queremos, nem adiantaria querer, uma política restrita às classes cultivadas, ainda claramente minoritárias. E é evidente que subsistem factores que continuam a ameaçar produzir e reproduzir uma sociedade dual e crispada, factores de desigualdade e de exclusão que geram terreno pouco saudável para o funcionamento democrático. ■